

Estratégias e rumos no Panorama Audiovisual Português

FELISBELA LOPES *

Uma televisão privada (a SIC) que, em três anos, alcança a liderança das audiências e consegue apresentar um Relatório de Contas com resultados positivos, uma outra (a TVI) que se revela incapaz de encontrar um rumo que consolide uma linha equilibrada de programação e que trave o crescente passivo. Uma estação de serviço público (a RTP), com mais de 40 anos de existência, em constante crise de legitimidade, de identificação e financeira. Três novos canais, um generalista e de difusão à escala internacional (a RTP-África), dois temáticos dirigidos a um público restrito (o Sport TV e o Canal de Notícias de Lisboa). É assim que se constitui o Panorama Audiovisual Português nos últimos cinco anos da década de 90. Pelo meio, um *star system* televisivo que se impôs, muitos programas que criaram nos telespectadores um olhar diferente sobre a realidade e novas formas de entretenimento. A comandar tudo isto encontramos (o peso de) lógicas empresariais que ditam o sucesso, ou o insucesso, dos diferentes projectos televisivos.

1. O peso das hierarquias empresariais

Instabilidade: eis o que caracteriza as empresas televisivas do último quinquénio dos anos 90. Apenas a SIC ficou incólume à frenética substituição dos membros dos Conselhos de Administração e dos Directores de Programação e de Informação. A RTP, a TVI e até o novo

¹ Assistente do Departamento de Ciências da Comunicação do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho (felisbela@ics.uminho.pt).

Canal de Notícias de Lisboa conheceram, neste período, sucessivos responsáveis pelos respectivos projectos. Resultado: uma crise financeira que se avolumou de dia para dia e uma grelha de programação em constante deriva.

No PAP, foi a RTP quem sofreu maiores conturbações. A todos os níveis. Sucessivas hierarquias não conseguiram, neste período, recuperar uma estação na qual dificilmente se encontram resquícios daquilo que, um dia, se propôs ser: um serviço público de qualidade, com uma programação dirigida a todos os portugueses, respeitador da identidade cultural do país e independente das forças de financiamento que, em Portugal, se repartem pelas verbas do Estado e pela publicidade (cf. Contrato de Concessão de Serviço Público, assinado a 31 de Dezembro de 1996). As pessoas que, nestes anos, assumiram a televisão pública com um espírito reformador acabaram por abandoná-la, deixando atrás de si um passivo assustador e uma grelha de programação à deriva. Nestes cinco anos, passaram pela RTP cinco presidentes do Conselho de Administração² (CA) e três Directores de Informação³. Os motivos das substituições não deixam de ser curiosos, principalmente quando está em causa um serviço público de televisão.

Em Outubro de 1995, o Presidente do CA da RTP, Freitas Cruz, resolve deixar o cargo para o qual fora designado em Outubro de 1993 (data em que substituiu Monteiro de Lemos) – uma decisão que antecipava uma exoneração dada como certa, depois de as eleições, realizadas nesse mês, terem dado a vitória ao Partido Socialista, até aí na oposição. Para trás, deixava por cumprir o seu objectivo mais importante: o saneamento financeiro da empresa. O novo CA⁴ entra em funções na primeira semana de Dezembro de 1995. Dez dias depois, conhece-se já o nome do Director de Informação e de Programas: Joaquim Furtado, uma escolha que reúne os aplausos dos directores da SIC e da TVI, Emídio Rangel e Francisco Azevedo e Silva, respectivamente. Ambos vêm nele um jornalista de prestígio, capaz de criar

² Freitas Cruz (1993-1995), Manuela Morgado (Dezembro de 1995-Março de 1996), Manuel Roque (Março de 1996-Setembro de 1998) e Brandão e Brito (a partir de Outubro de 1998).

³ Manuel Rocha (Março de 1994-Dezembro de 1995), Joaquim Furtado (Dezembro de 1995-Março de 1998) e João Grego Esteves (a partir de Março de 1998). De Março de 1998 a, Agosto de 1999, Maria Elisa assumiu o cargo de Directora de Programação.

⁴ Este Conselho de Administração é presidido pela economista Manuela Morgado e composto por Fernando Balsinha, Gonçalves Areias, Alberto Miranda e Manuel Roque.

um verdadeiro serviço público – uma meta reiteradamente traçada no discurso político dos governantes que tutelam o audiovisual⁵, mas que continuava por cumprir.

O ano de 1996 revelar-se-ia paradigmático daquilo que vinha e continuaria a acontecer na Radiotelevisão Portuguesa. Ao iniciar funções, Manuela Morgado faz saber que é seu propósito inverter o (alto) défice da RTP. Joaquim Furtado, por sua vez, faz saber que pretende inverter a (baixa) qualidade dos programas e as (baixas) audiências⁶. O conflito entre estas duas estruturas não tardou. A 21 de Março de 1996, Furtado e a sua equipa demitem-se. Razão: uma ordem de serviços do CA retirava à Direcção de Informação e de Programas uma plena autonomia de decisão. A causa invocada era “*o rigor orçamental*”⁷. Neste braço de ferro entre a presidente do CA e a Direcção de Informação e de Programas vence esta última. A 26 de Março, Morgado faz chegar a sua carta de demissão ao Conselho Fiscal da RTP. A sua permanência à frente da TV pública perdurara apenas cinco meses. Repetia-se pela 22.^a vez desde o 25 de Abril de 1974 uma mudança de Administração da RTP⁸, incapaz de inverter o acumular das dívidas da empresa.

Para novo presidente do CA da RTP, o Governo escolhe Manuel Roque, um membro da equipa de Manuela Morgado. Antes da sua tomada de posse (que se concretiza em Abril), a Direcção de Informação e de Programas faz algumas modificações na TV2 que se trans-

⁵ Em Março de 1993, cinco meses após o aparecimento do primeiro canal de televisão privado, o Governo assina com a RTP um Contrato de Concessão de Serviço Público. Uma tentativa de clarificar a coabitação entre os canais públicos e privados.

⁶ Num editorial da edição do dia 6 de Janeiro de 1996 do *Expresso*, escreve-se, a este propósito, o seguinte: “*Entre os objectivos dos administradores e as metas da direcção existe uma contradição insanável. Em matéria de TV, não é possível compatibilizar a qualidade e a rentabilidade. Os programas de qualidade não têm quaisquer hipóteses de competir em audiências com os reality-shows. Ora, não havendo audiências não há publicidade. E não havendo publicidade não há receitas. Das duas uma: ou a RTP aposta na qualidade, tornando-se um canal de referência, ou aposta nas audiências – e, nesse caso, não pode andar muito longe dos modelos adoptados pelas televisões privadas, e em especial da SIC.*”

⁷ Numa carta de demissão, Joaquim Vieira, subdirector de programas, declara que “*tal interferência, além de bloquear o processo decisório, ameaçando seriamente inviabilizar a adopção de uma nova grelha de programação nas datas previstas, significa uma diminuição efectiva de poderes da direcção de programas e uma manifestação de desconfiança sobre a sua idoneidade*”.

⁸ Assinale-se que, antes da Revolução de 1974, a empresa de serviço público de televisão conheceu apenas quatro presidentes.

forma na RTP-2, com novos logotipo e plano de emissões. Cria-se, por exemplo, um ciclo temático de cinema intitulado *Cinco Noites, Cinco Filmes*, abrindo-se caminho para um canal “predominantemente vocacionado para servir audiências específicas” (como pretende a cláusula 5.^a do Contrato de Concessão de Serviço Público de 1996)⁹. O horário de abertura também sofre alterações, passando as emissões a abrir meia hora mais cedo, às 17 horas, com um primeiro bloco noticioso. Esta aposta numa programação alternativa, da qual se exclui o futebol, irá provocar uma descida considerável dos índices de audiência. A 29 de Abril é a vez de o Canal 1 se transformar na RTP-1, introduzindo-se algumas alterações que encaminham a TV pública para um valor que lhe é intrínseco: o da identidade cultural (Blumler: 1992). O aparecimento do *País Real*, um boletim de informação regional, é um exemplo de uma janela aberta contra a exclusão daqueles que permanecem na periferia das fontes institucionais mais requisitadas e dos grandes centros urbanos, tendencialmente mais mediatizados. Trata-se de uma estratégia a favor da transformação de uma realidade habitualmente olhada de forma anódina, tal como lembra Olivier Pasquet, num artigo publicado no n.º 57 dos *Dossiers de l’Audiovisuel*, a propósito da mediação dos acontecimentos locais.

Apesar destas alterações terem contribuído para colocar a RTP no trilho dos princípios e valores de um serviço público de televisão, a grelha apresentada no final do verão de 1996 provoca uma certa desilusão. A “clonagem” da grelha da SIC é visível. Seguindo as propostas de programação, descobre-se que, pela *passerelle* da televisão pública, vão desfilar modelos que nos informarão sobre o tempo que irá fazer, os colunáveis de qualquer clube vip do *Jet 7*, os meninos transformados em “mini estrelas” dos *Principais* (apresentado pelo ex-SIC Humberto Bernardo e produzido pelo ex-apresentador do *Chuva de Estrelas*, José Nunes Martins), os casos de polícia tornados públicos nas *Histórias da Noite* e uma telenovela portuguesa, a *Roseira Brava*, que persistirá em roubar alguns telespectadores à produção da Globo *Explode Coração*¹⁰. A queda das audiências provou que os telespecta-

⁹ Esmagada fica a estratégia adoptada pela grelha de Setembro de 1992, altura em que se optou por incutir no Canal-2 uma lógica comercial, colocando-se, por exemplo, depois do *Jornal das 9*, a telenovela brasileira *Barriga de Aluguer*.

¹⁰ Tendo feito a sua estreia no início do ano, a telenovela da NBP *Roseira Brava*, apesar de ter sido alvo de cuidados promocionais diferentes das anteriores – foi antecedida de várias

dores não apreciaram esta “engenharia de programação” (Cebrián Herreros: 429), dividida entre “estratégias de confronto” e “estratégias de identificação” (Achille, 1994: 22-23) com a estação privada. Numa audição parlamentar que decorreu a 15 de Outubro de 1996 – feita para discutir o Plano de Reestruturação da RTP, aprovado em Agosto desse ano pelo Governo ¹¹ –, Joaquim Furtado reconhece que “os *constrangimentos financeiros se reflectem no produto que chega aos portugueses*”. Em 1997, nada se alterou de substancial. O mesmo não se passou em 1998. As mudanças da Direcção de Informação e de Programação bem como do Conselho de Administração criaram certas expectativas. Todavia, o tempo veio provar que algumas eram infundadas.

Incompatibilizada novamente com o CA, a direcção de Joaquim Furtado bate com a porta a 9 de Março de 1998 ¹². Como substitutos são escolhidos dois jornalistas da RTP: João Grego Esteves para a área da informação e Maria Elisa para a programação. Renova-se o compromisso de garantir à RTP o cumprimento do serviço público ¹³. Para isso, conta-se com o apoio do Presidente da RTP, Manuel Roque, que, no entanto, apenas se mantém em funções até finais de Setembro, altura em que um desentendimento com o ministro que tutelava a TV pública o afasta das suas funções. No seu lugar é colocado José Maria Brandão e Brito e é no seu mandato que a RTP passa por alguns ajustamentos estruturais.

A alteração mais visível é a autonomização do Centro de Produção de Lisboa (CPL) que se transforma numa empresa privada com capi-

reportagens de bastidores (“making of”) – viu-se confrontada com uma guerra de audiências promovida pela SIC que optou por introduzir reduzidas fatias dos primeiros episódios de *Explode Coração* (a nova telenovela) no meio de *A Próxima Vítima* (a telenovela que estava na recta final), prolongando os episódios por um tempo impensável. Carnaxide garantia, assim, os altos índices de audiência do *prime-time*.

¹¹ Nesse plano, onde se admite que a RTP atingiu falência técnica em 1995, recomendam-se o reequipamento em tecnologia digital, a adopção de uma nova estratégia de programação que atenda aos canais temáticos, uma atenção particular à produção interna da RTP e a mudança de instalações para os terrenos da Expo que se encara como um importante instrumento de modernização da empresa de serviço público.

¹² Numa entrevista ao *Expresso* (4/4/1998), Joaquim Furtado afirma o seguinte: “*Em parte esta direcção demitiu-se devido às declarações públicas do presidente da RTP de que andava à procura de uma nova direcção. Nós entendemos que não podíamos ser uma direcção a prazo*”.

¹³ Maria Elisa, numa entrevista ao *Diário de Notícias* (19/9/1998), garante que a RTP-1 “*procurará divertir através de um entretenimento não embrutecedor que não ultrapasse os limites de decência e dignidade. Há patamares que não serão ultrapassados*”.

tais maioritariamente públicos, a Formas e Conteúdos (FOCOS). Apesar de se ter tornado pública a vontade de transformar a RTP numa *holding* e de fazer subir o *share* da RTP-1 e da RTP-2 daquilo que, nesta altura, eram os 37% para os 40%¹⁴, o certo é que estes dois objectivos ficaram por cumprir. Pelo caminho evidenciam-se alguns estragos. Um deles foi a demissão de Maria Elisa do cargo de directora de Programas, provocada por uma inesperada ultrapassagem de audiências por parte da TVI que, no dia 14 de Agosto de 1999, consegue sobrepor-se à RTP com a transmissão do desafio de futebol Sporting/Atlético de Madrid. Grego Esteves acumula a direcção de programação, numa primeira fase interinamente, depois de forma oficial. À espera do ano 2000, ficam uma grelha de programação, que anseia reunir mais qualidade, e um passivo gigantesco, que se espera neutralizar com a ajuda de verbas estatais.

Na TVI, o último quinquénio dos anos 90 é de impasse. As transacções do respectivo capital são constantes. Todavia, os sucessivos grupos económicos que assumem o controlo do quarto canal revelam-se incapazes de encontrar um equilíbrio financeiro para uma empresa que caminha progressivamente para a falência técnica. Do lado daqueles que dirigem a programação e a informação o cenário é também de crise. Por cumprir vai ficando um compromisso permanentemente renovado: o aumento dos índices de audiência. A reviravolta começa a acontecer em meados de 1998, altura em que subidas pontuais do *share* levam a acreditar na viabilidade de uma estação a que muitos auguram um irreversível fracasso. Pelo caminho, fica um percurso algo conturbado, resultante do esforço de pessoas que pensaram para a TVI projectos diferenciados.

Roberto Carneiro, o primeiro Presidente do Conselho de Administração da TVI, resiste aos problemas financeiros da empresa até ao primeiro trimestre de 1996. A 11 de Março, é substituído por Carlos Monjardino. Promete-se, na altura, inverter a orientação do canal cujo despenho começa a ser tido como inevitável¹⁵. Num plenário realizado

¹⁴ Cf. entrevista de Brandão e Brito à edição do dia 9 de Abril de 1999 do *Público*.

¹⁵ Com vista à viabilidade financeira da empresa, avança-se a solução da compra da rede deste canal, a RETI (Rede de Emissores da Televisão Independente), pela Portugal Telecom. Sem êxito.

a 3 de Abril de 1996, opta-se estrategicamente pelo emagrecimento da estrutura e pela mudança de rumo da programação. Anunciam-se o despedimento de cerca de 50 funcionários, o desaparecimento da direcção da produção nacional e a mudança de instalações para Queluz (deixando a estação de estar dividida entre a Matinha e a Avenida de Berna). Quanto à grelha, a aposta centra-se na informação (particularmente na política nacional), no cinema, no entretenimento popular e no desporto (futebol espanhol) – uma fórmula que os responsáveis pelo Canal 4 pensam ser eficaz para alcançar a meta dos 25% de *share*, ou seja, para duplicar as audiências. Para isso, contam com a ajuda de Carlos Cruz, que assume, no primeiro trimestre de 1996, a direcção de antena, trazendo consigo um propósito que enuncia numa entrevista ao jornal *Público* (1/7/1996): fazer uma programação “*para as pessoas que têm saudades de ver televisão*”. Tudo isto não passou de boas intenções. O ano 1997 é encarado como proporcionador de uma nova oportunidade.

As expectativas quanto à viabilização da TVI são renovadas numa Assembleia Geral, realizada a 19 de Março de 1997, dia em que a SOCI (proprietária de *O Independente*) passa a deter, em aliança com o Scandinavian Broadcasting System¹⁶ (SBS), o controlo da estação. Para presidir ao Conselho de Administração, opta-se por Miguel Paes do Amaral, responsável máximo da SOCI. Em entrevista ao *Expresso* de 15 de Março, Carlos Monjardino confessa “*sair (da TVI) com alívio*”. Apesar da situação não propiciar optimismos, o primeiro semestre de 1997 acabou por fazer ressaltar uma esperança de renascimento. Um estudo da *Media Planning* (com dados recolhidos pela AGB/Marktest e Sabatina), comparando o investimento publicitário do primeiro semestre de 1997 com aquele realizado em idêntico período de 1996, assegura que a TVI conseguiu um aumento de 31% na sua quota de mercado – um reflexo da medida tomada em finais de 1996 pelo Governo que impôs o corte da publicidade na RTP-2 e a redução dos *spots* para 7,5 minutos/hora na RTP-1. No segundo semestre de 1997, a TVI consegue, pela primeira vez na sua história, resultados positivos,

¹⁶ Trata-se de um grupo escandinavo com controlo de canais de TV na Suécia, Dinamarca, Noruega, Holanda e Bélgica, tendo, entre os seus accionistas, dois dos maiores gigantes da indústria audiovisual norte-americana: a Viacom-Paramount e a Disney-ABC-Capital Cities.

um trunfo de que a administração se serve para tentar convencer os credores a negociar a dívida da empresa, que já estava em falência técnica. Os argumentos apresentados parecem não ter sido convincentes. Na edição do dia 27 de Setembro, o *Expresso* noticia que, devido a terem sido fiadoras de um empréstimo, “19 instituições da Igreja católica (entre as quais estavam o Santuário de Fátima, a Rádio Renascença e a Universidade Católica) foram intimadas pela Caixa Geral de Depósitos a pagar 2,3 milhões de contos relativos à dívida contratada em 1992 para a instalação da rede de emissores da TVI (a RETI)”¹⁷. Avança-se, de novo, a hipótese de colocar a rede à venda. Desta vez à Sonae. Nada se concretiza em 1997, suspendendo-se, em Novembro, a tomada de qualquer decisão até Janeiro, data em que o administrador judicial nomeado pelo Tribunal de Oeiras garante estar em condições de apresentar à Assembleia de Credores (composta, entre outros, pelo empresário macaense Stanley Ho, a Caixa Geral de Depósitos, a Lusomundo e a Portugal Telecom) um plano de recuperação.

Da TVI, os telespectadores não guardam, até esta altura, memória de emissões marcantes. Se é certo que a ela cabe a inovação de ter apresentado pela primeira vez um noticiário televisivo *on-line*, se aos seus jornalistas se deve o epíteto hoje vulgarizado de uma música que se convencionou designar de “pimba”, se o programa *Amigos Para Sempre* serviu de molde a *reality shows* do mesmo género noutras estações ou se a telenovela brasileira *Xica da Silva* colheu alguma simpatia junto das audiências, o canal que os portugueses se habituaram a identificar com a Igreja não conseguiu provocar, até finais de 1997, um impacte que lhe permitisse colocar as suas emissões como uma referência na indústria dos conteúdos televisivos.

O ano de 1998 proporciona à TVI modificações que, a curto prazo, revelar-se-ão fundamentais para a conquista de uma certa visibilidade no PAP. No final do primeiro semestre, o consórcio Sonae/Lusomundo/Cisneros assume o controlo da empresa com a promessa de transformar radicalmente o canal. As alterações ao nível da programação não são muito visíveis, mas é sob a administração deste consórcio que o

¹⁷ Quando declarava à edição do dia 11 de Maio de 1991 do *Expresso* que, no caso de o Governo não atribuir um canal de televisão à Igreja, “isso teria consequências no seu voto”, D. José Policarpo, na altura coordenador do projecto da TVI, dificilmente poderia calcular os problemas que uma estação privada provocaria nas instituições católicas envolvidas nessa empreitada.

canal consegue, em Agosto, atingir quase 17% de *share*, o melhor resultado desde o início das suas emissões. As expectativas avolumam-se a partir de Outubro, com a entrada de José Eduardo Moniz para Director-Geral da estação, um cargo que consegue manter depois de, em Novembro, o controlo da TVI voltar às mãos do grupo Media Capital. A grelha que, em 1999, se proporciona aos telespectadores torna irreconhecível o projecto inicial da TVI¹⁸. Em termos de audiências as propostas tiveram bom acolhimento.

Programas ligados ao quotidiano, que buscam repor uma ordem que as instituições já não são capazes de estabelecer (*Quero Justiça, Em Legítima Defesa*) ou que se debruçam sobre temas sensacionalistas ainda pouco explorados pela televisão (é este o filão do *Especial TVI*), um entretenimento feito de caras conhecidas e animado com grupos de música portuguesa do top (*Reis da Música Nacional, Caras Lindas, Um por Todos, Segredo das Estrelas*), emissões comemorativas de datas particulares (dia dos namorados ou o Natal) eis as apostas de Eduardo Moniz que conferiram à TVI uma identidade particular, a de uma televisão popular, provocando uma (esperada) subida das audiências.

Da estabilidade do Conselho de Administração e da permanência do Director-Geral do canal dependerá, em grande parte, o futuro da TVI. Sem dispor de meios financeiros e sem uma retaguarda de pessoas com uma estratégia de fundo que englobe toda a grelha de programação, a revitalidade com que esta estação terminou o último ano do quinquénio da década de 90 não passará de uma ilusão. E pode ser fatal para a sobrevivência de uma estação com um passado tão atribulado.

Apesar de muito recente, o Canal de Notícias de Lisboa¹⁹ (CNL) apresenta também um historial algo conturbado. Ainda antes de entrar em funcionamento, a novel estação viu afastar-se aquele que estava indigitado para director-geral: Vicente Jorge Silva, em Janeiro de 1999, abandona o projecto incompatibilizado com a TV Cabo (a maior accio-

¹⁸ Sentindo essa mudança, os responsáveis da TVI acabam, em Maio de 1999, por pedir à Alta Autoridade para a Comunicação Social que aprove uma alteração ao projecto inicial da estação. A aprovação é dada, não sem que a AACS declare “*estar consciente de que tal pedido questiona as condições em que o concurso de licenciamento de canais hertzianos de televisão foi realizado*”.

¹⁹ O CNL é o segundo canal temático português com conteúdos próprios, difundidos por cabo. O primeiro, o Sport TV, iniciou as suas emissões a 3 de Setembro de 1998.

nista do canal), particularmente com o seu presidente Graça Bau²⁰. À data do arranque das suas emissões, a 15 de Setembro, o CNL apresentava uma estrutura algo frágil em termos de meios técnicos (não possuía, por exemplo, um carro de exteriores que permitisse fazer um directo) e humanos (eram poucos os jornalistas com experiência televisiva a integrar a redacção), havendo ainda negociações para uma parceria com a SIC que não foi concretizada antes da entrada do ano 2000.

Do lado da estação de Carnaxide, contou-se nestes anos com uma estabilidade incontestável: ao nível do controlo do capital da empresa (pertencente a Francisco Pinto Balsemão) e ao nível da Direcção de Programas e de Informação (assumida, desde 1992, por Emídio Rangel). Resultado: uma televisão que impôs uma cultura própria que rapidamente conquistou as preferências dos portugueses. Da informação ao entretenimento.

2. Os programas que ajudaram a consolidar audiências

Quando se fala em emissões com maior popularidade, a referência é sobretudo a SIC, a estação que prometera, desde o seu início (em 1992), “*combater taco-a-taco*” a RTP. Em menos de três anos, o primeiro canal privado português conseguiu ultrapassar as audiências de uma estação com cerca de quatro décadas. Fê-lo, sobretudo, através de programas de entretenimento, particularmente através das telenovelas da Globo. Todavia, o volte-face do *prime-time* foi consolidado com a informação, o que não deixa de ser interessante para uma estação que inaugura as suas emissões com um bloco informativo. A TVI apenas saiu do limbo em 1999, altura em que os desafios de futebol, programas de música popular e *talk shows* feitos de uma mistura de figuras públicas com gente anónima conferiram ao quarto canal uma certa visibilidade. Da estação de serviço público ressalta, nestes anos, uma grelha instável, mas através da qual sobressaíram alguns programas que sobreviveram às múltiplas alterações das sucessivas direcções de programas. A segu-

²⁰ Vicente Jorge Silva acusou Graça Bau de desvirtuar um projecto que inicialmente lhe fora apresentado com uma aposta na informação permanente, mas que, naquela altura, se encaminhava para um canal de entretenimento popular.

rar um *share* que, de ano para ano, diminuía drasticamente, a RTP contou com os desafios de futebol, em menor número depois do aparecimento do primeiro canal temático, o *Sport TV*.

No entanto, foi a Globo – com quem a RTP tinha um contrato de exclusividade – a fazer tremer as crenças daqueles que acreditavam na supremacia inabalável do *share* da televisão do Estado²¹. Em 1994, a maior produtora de telenovelas pretere a estação de serviço público a favor da SIC, onde tinha, aliás, uma participação no capital (Sousa: 1997). A ruptura dá-se com *Mulheres de Areia* (Abril de 1994), uma telenovela com um êxito considerável no Brasil e que os portugueses seguiam com grande curiosidade. A RTP põe no ar uma aposta falhada chamada *Mandala*.

Na era do exclusivo das telenovelas da Globo na SIC, o Canal 1, sem os trunfos vindos do outro lado do Atlântico, volta-se para a informação. Estávamos nos primeiros meses de 1995. Nos *media* proliferavam as promoções aos rostos mais conhecidos da redacção da 5 de Outubro. O *Telejornal* – na altura o bloco informativo preferido dos portugueses – chega a atingir uma duração então inédita de 60 minutos. O *Jornal da Noite* acompanhava-o, pois era preciso fidelizar o público que, depois das 20h30, mudava de canal para ver, na estação privada, o êxito da Globo chamado *Irmãos Coragem*. Sem sucesso. O *Telejornal* continuava a arrecadar as preferências dos portugueses até se precipitar, em Maio, num exclusivo que tirou à SIC, mas que o atirou para uma queda vertiginosa: os preparativos do casamento de D. Duarte.

Durante a semana que antecedeu a boda, o noticiário do Canal 1 abria às 20h00, mas limitava-se apenas a uma duração de oito a dez minutos para dar, depois, lugar a reportagens sobre a monarquia. Os telespectadores optaram por mudar de canal. Sintonzava-se a SIC, o canal que, nos bastidores, disputou de forma inglória o exclusivo da transmissão do casamento real, cujas cerimónias decorreram a 13 de

²¹ A política de confronto em relação às telenovelas foi assumida, em primeiro lugar, pela RTP. Um mês depois do arranque da SIC, o Canal 1 antecipava, em Novembro de 1992, sem qualquer aviso, a estreia da telenovela *Pedra sobre Pedra* (uma co-produção entre a Globo e a RTP), sobrepondo-a a *Meu Bem Meu Mal*. Era o ataque surpresa à estação de Carnaxide que estava a preparar, com a devida promoção, a estreia *De Corpo e Alma*. A primeira batalha do *share* era ganha pelo Canal 1 que via a sua hegemonia ameaçada pela SIC através de programas como *Minas e Armações* e *Chuva de Estrelas* que impunham uma nova forma de entretenimento televisivo.

Maio de 1995 com transmissão em directo pela RTP-1 e pela RTP-Internacional. Essa derrota no reino da monarquia consagrou-lhe a conquista de um número considerável de almas republicanas que, a partir daí, insistiam em permanecer fieis à estação de Carnaxide (Lopes, 1997). Estava perdida a liderança das audiências, conseguindo a SIC a proeza de, em menos de três anos, ser o canal mais visto.

A par das novelas brasileiras, o primeiro canal privado do país apostou num *prime time* falado em português, de piada facilmente inteligível, de conteúdos que se resumiam à conquista de atractivos prémios ou de cenários feitos quer com gente anónima que tornava público os talentos ou as desgraças pessoais, quer com figuras públicas que transformavam a vida privada num verdadeiro espectáculo televisivo²². O período da tarde apenas se consolidou em termos de audiência em Fevereiro de 1998, altura em que se colocou no ar um *talk show*, apresentado por uma das caras mais conhecidas da SIC cujo nome serviu de título ao programa: *Fátima Lopes*²³. De novo, a estratégia seguida foi a de chamar o cidadão comum para contar a sua “estória”. Consolida-se, deste modo, uma televisão de proximidade que valoriza a palavra fundada na experiência e não no saber (Le Paige, 1997: 76). Temas tão variados, e ao mesmo tempo tão similares, como “*sou gordo e gosto*”, “*salvei uma vida*”, “*abandonei o sacerdócio por amor*”, “*fui uma estrela infantil*” ou “*fui dado como morto*” constituem a essência de um programa que pretende transformar-se no espelho daqueles que, durante a tarde, se sentam em frente do pequeno ecrã. Cumpre-se a identificação total entre quem faz e quem consome determinada emissão (Mehl: 1992). Está aqui o segredo das audiências, nada desconhecido à SIC que, no ano seguinte, repete a mesma fórmula com o *SIC Onze Horas* que, em pouco tempo, se converteu no *SIC Dez Horas*²⁴.

²² A enumeração deste tipo de programas torna-se inviável dada a sua proliferação ao longo dos últimos cinco anos da década de 90. Apontamos, a título de exemplo, os seguintes programas: *Os Malucos do Riso*, *Os Trapalhões*, *Barba e Cabelo*, *Ora Bolas Marina*, *Camilo e Filho*, *Ponto de Encontro*, *Surprise Show*, *Ousadias*, *Ai os Homens*, *Agora ou Nunca*, *A Última Chance*, *Roda dos Milhões*, *Big Show SIC* e *Club Vip*.

²³ Como resposta a este programa, a RTP-1 criou o *Amigo Público*, também um *talk show* apresentado por Júlio Isidro. Evidencia-se aqui, mais uma vez, a estratégia de confronto adoptada pelas duas estações.

²⁴ A mudança de horário deveu-se a uma antecipação do programa *Praça da Alegria*, da RTP-1, para as 10 horas da manhã.

Avizinhado na RTP-1 pela *Praça da Alegria* – um programa popular, de conversa solta à volta de temas diversificados, já com cerca de cinco anos de existência e, conseqüentemente, com uma audiência fidelizada –, a SIC decide, em Janeiro de 1999, apostar no período matinal. À frente da emissão coloca uma apresentadora multifacetada, Júlia Pinheiro, que os telespectadores conheciam de um programa que aproximou a televisão dos problemas do quotidiano (*Praça Pública*), de outro que se assumiu com uma irreverência nunca vista face ao poder instituído (*A Noite da Má Língua*) e ainda de um outro que transformava o pequeno ecrã num benemérito acessível a todos (*SOS-SIC*). Dividido em três blocos – Histórias, Viver Melhor e Praça Pública –, este espaço, para além de contar pedaços de vida de cidadãos que permanecem na penumbra da atenção dos jornalistas e de fornecer alguns conselhos para uma vida mais saudável, procura também ir ao encontro de problemas do quotidiano que não conseguem integrar os alinhamentos dos programas diários de informação televisiva.

Do lado da TVI, a aposta, em termos de programação, concentra-se no *prime-time*. E nem sempre com êxito. Em 1996, o convite a Carlos Cruz para a Direcção de Programas leva a que se acredite na possibilidade de a estação ultrapassar a barreira dos 15% de *share*. Uma das medidas adoptadas pelo ex-apresentador da RTP foi a de abrir mais tarde e fechar mais cedo a emissão – uma forma de poupar dinheiro que seria transferido para o horário nobre. Um investimento inglório em termos de audiências. Com excepção da *Xica da Silva*, uma telenovela brasileira da Rede Manchete – que marcou uma inversão numa lógica de programação que pontuava o *prime-time* com séries de qualidade –, o ano de 1996, tal como os anteriores, não provocou o esperado aumento do *share*. O mesmo se passou em 1997. A inversão desta letargia dá-se apenas em finais de 1998, altura em que José Eduardo Moniz assume o cargo de Director-Geral da TVI. As inovações ao nível da programação tornam-se visíveis em 1999, o ano da consagração de um canal que todos condenavam ao fracasso.

Tal como a SIC, foi com programas de entretenimento popular que a TVI começou a impor a sua grelha aos outros canais. Trazendo para o ecrã os grupos de música portuguesa mais conhecidos, o programa *Reis da Música Nacional* – que estrategicamente a estação gravou ao vivo, durante o verão, em diferentes cidades do país – assegurava, de antemão, uma razoável fatia de audiência. Também o *Ri-te*,

Ri-te tinha a sua fórmula testada pela SIC e pela RTP cujas emissões de apanhados conquistaram, num passado recente, o gosto do público. O futebol e a informação também contribuíram para a subida das audiências.

Colocando em *prime-time* um desafio de futebol (Sporting/Atlético de Madrid), a TVI consegue, no dia 14 de Agosto de 1999, ultrapassar a RTP que tinha no ar o programa *Santa Casa*. No dia 14 de Outubro um *Especial Informação* dedicado ao tema dos transexuais ultrapassa a RTP e a SIC²⁵. A 14 de Dezembro, a transmissão de *Há Festa no Hospital* (um *remake* de *O Natal dos Hospitais*, promovido anualmente pela RTP) repete a proeza, reunindo o maior *share* de sempre: 25,4%²⁶. A secundar estes fenómenos isolados, a TVI coloca no ar uma grelha maioritariamente falada em português. Como “cartão de visita” – como frisava o Director da estação – promove *Todo o Tempo do Mundo*, uma novela portuguesa que conta no elenco com figuras como as de Eunice Muñoz e Ruy de Carvalho. Esta aposta na produção portuguesa não é desconhecida à SIC que opta, no entanto, por comprar formatos já testados noutros países. É o caso das séries *Médico de Família* e *Jornalistas*, ambas adaptações de programas espanhóis de grande sucesso. Que se repete em Portugal.

O canal generalista de serviço público caracterizou-se, nos anos 90, por uma certa inconstância ao nível da programação, resultante das sucessivas mudanças das Direcções. A informação (o *Telejornal*) e os desafios de futebol foram âncoras incontornáveis das audiências. Pelo meio, salientam-se alguns programas que conseguem alguma estabilidade na grelha e reúnem um *share* não negligenciável²⁷. Em comum têm a característica de serem falados em português.

Da RTP salientam-se ainda dois filões não explorados pelas estações privadas: as telenovelas portuguesas e os espaços dedicados ao

²⁵ O programa *Especial Informação* revelou-se, no verão de 1999, um espaço inovador em termos de assuntos em destaque. A 6 de Julho, uma emissão dedicada ao *Programa do Ratinho*, emitido pelo canal brasileiro SBT e apresentado por Carlos Massa (conhecido pelo nome de Ratinho), foi antecedida de grande expectativa. A 3 de Agosto foi a vez de *A Tiazinha*, um verdadeiro fenómeno de erotismo da Rede Bandeirantes, reacender as expectativas.

²⁶ No dia dos Namorados, a 14 de Fevereiro, a TVI havia já ensaiado um programa de música pensado especialmente para assinalar a data.

²⁷ *As Lições do Tonecas*, os *talk-shows* do Herman e o *Contra-Informação* são alguns dos programas que atravessam a segunda metade da década de 90 com algum sucesso.

público infantil emitidos em *prime-time*²⁸. Em finais de 1998, uma decisão da Direcção de Programas viria a revolucionar algo que se assumia já como uma convenção: a telenovela deixa de ser emitida, não a seguir, mas antes do *Telejornal*²⁹. A experiência é feita com *Os Lobos*. E não colhe a receptividade esperada. Daí que a novela posterior, *A Lenda da Garça*, tenha sido reintroduzida no horário habitual. O espaço nocturno dedicado aos mais novos dá pelo nome de *Os Patinhos*, uma produção da Animanotra que, em Outubro de 1998, veio ressuscitar *Vamos Dormir*. Esta rubrica originou um *merchandising* televisivo só comparado ao êxito da Bota Botilde, o boneco associado ao concurso *1,2,3* da era do monopólio do serviço público³⁰.

E se o entretenimento proporcionado pela televisão provocou profundas alterações naquilo a que os telespectadores estavam habituados a assistir na era do monopólio televisivo, os programas de informação introduziram, por seu turno, um outro olhar sobre uma realidade que começou a ser mediatizada de forma diferente, como veremos no ponto seguinte.

3. A informação que transformou o olhar sobre a realidade

O aparecimento dos canais privados de televisão veio quebrar uma agenda televisiva institucionalizada, construída pelas fontes oficiais que pululam à volta do poder instalado em Lisboa. Para além de os alinhamentos dos noticiários terem sido alvo de uma profunda reformulação³¹, houve também o cuidado de introduzir na grelha espaços semanais para abordar temáticas específicas. Desde o futebol à saúde,

²⁸ Em Maio de 1999, a SIC inicia, em horário nobre, *Pequenos e Terríveis*, feito com crianças, mas dirigido a um público onde cabem também os adultos. A RTP contrapõe-lhe *Saídos da Casca*.

²⁹ Numa entrevista ao *Diário de Notícias* (6/11/1999), Maria Elisa fala do seu cargo enquanto Directora de Programação da RTP e explica que esta opção foi ditada pela necessidade de "melhorar o acesso ao *Telejornal*", o que, segundo garante, permitiu conquistar "300 mil espectadoras por dia nesse espaço". Todavia, não deixa de considerar que "era um risco enorme".

³⁰ O *merchandising* do Vitinho, o boneco do *Vamos Dormir* (que terminou em 1992), teve um impacte menor, talvez por estar associado a uma marca de papas para bebés.

³¹ Um estudo da nossa autoria (1999) relativo aos alinhamentos do *Telejornal*, da RTP-1, emitidos num período imediatamente anterior ao aparecimento dos canais privados, permite perceber algumas linhas de evolução do jornalismo televisivo feito ao ritmo diário.

passando pela justiça ou pelos casos de polícia foram muitos os assuntos a constituírem por si programas próprios, com o protagonismo do cidadão anónimo como denominador comum, evidenciando-se, em todos os canais, o esforço para “*incorporar o quotidiano da vida social*” (Cébrían Herreros: 174). E nem sempre as fronteiras da informação ficaram bem delineadas. Em alguns deles, torna-se difícil separar o trabalho jornalístico da inclinação para o divertimento, dado o visível fascínio pelo espectáculo do acontecimento.

Habitados a receber diariamente o *Telejornal* da RTP de um estúdio fechado onde apenas era permitida a entrada do pivot e de um ou outro entrevistado, foi com surpresa que os telespectadores receberam, a 6 de Outubro de 1992, o primeiro noticiário da SIC cujo estúdio permitia a visualização da respectiva redacção³². O próprio alinhamento dos jornais televisivos também inverteu aquilo que durante anos se aceitou ser a ordem natural de hierarquização da informação. À ordenação Nacional/Internacional/Sociedade/Desporto/Cultura/*Fait-Divers*, a estação de Carnaxide fez suceder uma prioridade assente predominantemente em dois valores-notícia: a novidade e o interesse para os portugueses. Os temas mediatizados e a forma de exposição trouxeram também alguns rasgos de novidade. Recordamos, por exemplo, o debate sobre as prendas de Natal feito exclusivamente com crianças (Dezembro de 1997); os livros de José Cardoso Pires acumulados sobre a mesa do pivot aquando da morte do escritor (Outubro de 1998); os animais do Jardim Zoológico trazidos para o estúdio no dia de uma manifestação dos responsáveis do Zoo em frente à Assembleia da República (Novembro de 1999). Numa tentativa de se aproximar mais das pessoas, o *Primeiro Jornal* faz a experiência de sair de Carnaxide para se instalar na cidade do Porto³³ em Fevereiro de 1998 e em Braga em Abril do mesmo ano. O *Jornal da Noite* ensaia também algumas saídas para se aproximar do palco dos acontecimentos. No ano de 1998, por exemplo, vai até ao oceanário antes da abertura da Expo, até à Ponte Vasco da Gama antes da inauguração daquela obra (Março), até ao Parque

³² Nesse dia não deixa de ser curiosa a peça escolhida para a abertura do primeiro noticiário da estação. Às 16h30, a jornalista Alberta Marques Fernandes anuncia que os “*estudantes (estão) de luto contra as propinas*”. Estava fixado o tom de um jornalismo que iria dar visibilidade a fontes, até aí, marginais à televisão.

³³ Para sermos rigorosos, o estúdio foi instalado em Vila Nova de Gaia, com o Porto como pano de fundo.

Eduardo VII (Abril) aquando da Feira do Livro, até a Ribeira do Porto durante a Cimeira Ibero-Americana que aí teve lugar (Outubro), e até Estocolmo no dia da entrega do prémio Nobel da Literatura a José Saramago (Dezembro).

Embora seja inegável o contributo da SIC para a renovação do jornalismo televisivo, o certo é que o seu ainda curto percurso é pontuado também de alguns atropelos que demonstram uma cultura avessa a limites. A 1 de Outubro de 1995, dia de eleições legislativas, a estação de Carnaxide anuncia inesperadamente a vitória de António Guterres antes do fecho das urnas, uma ousadia que lhe valeu reiteradas críticas e uma multa da Comissão Nacional de Eleições³⁴.

Paralelamente a uma informação diária ou ditada por acontecimentos sazonais, o primeiro canal privado português insere semanalmente na sua grelha programas que transformam aquela estação num meio inesgotável de meta-acontecimentos³⁵. Ora sublinhando o lado negativo, ora o lado positivo do quotidiano dos cidadãos.

Foram muitos os programas que, nestes anos, se debruçaram sobre os problemas de gente comum que inesperadamente viu a sua vida ampliada à escala nacional. Cita-se, a título de exemplo, o *Casos de Polícia*, uma renovada pedrada no charco, já ensaiada em 1992 com o *Praça Pública*. Nos telespectadores incute-se a ideia de que o pequeno ecrã se assume como um eficaz meio de resolução dos problemas do quotidiano³⁶. No entanto, não foram apenas as mazelas sociais a fazer a actualidade. No verão de 1998, a SIC estreou um programa, *Ficheiros Clínicos*, vocacionado exclusivamente para ampliar os casos de sucesso da medicina praticada em Portugal. Os critérios adoptados foram as doenças com grande impacte e os casos que foram resolvidos com tecnologia de ponta.

³⁴ A Comissão Nacional de Eleições também multou a SIC pela recusa da transmissão de 85 tempos de antena durante a campanha eleitoral para as eleições legislativas.

³⁵ Numa entrevista ao *Diário de Notícias* (4/10/1998), o director da SIC reconhece que a estação que dirige tem "o poder da influência".

³⁶ Carlos Narciso, coordenador e apresentador dos *Casos de Polícia*, assegurava ao *Público* (13/7/1995) que o seu programa ajudou a "acabar com uma 'verdade' salazarenta que os democratas também acarinhavam", incutindo no telespectador a ideia de que, "para além do voto em tempo de eleições, o cidadão tem direitos que nenhum casse-tête pode retirar". Reconhece, porém, que provocou na polícia uma certa animosidade, acabando por perder algumas "cachas", embora, como sublinha, tivesse ficado com outras histórias: "o marginal que se quer vingar do sistema, a prostituta violada que não consegue apresentar queixa na esquadra, o polícia expulso, o polícia corrupto, o cidadão injustificado, espancado, humilhado".

Ao contrário das outras estações, a SIC sobressai no PAP pela sua irreverência. Nem sempre com a precisão esperada. Recorde-se a *Cadeira do Poder*, um espaço inaugurado a 19 de Fevereiro de 1997 onde se recriava uma espécie de Parlamento em frente do qual um (falso) primeiro-ministro e um (falso) líder da oposição discutiam questões de eventual interesse (do) público. A discussão era sujeita a uma votação e o vencedor teria direito a ocupar a cadeira de chefe do executivo. O programa, que contou com a participação de políticos e de jornalistas, suscitou fortes críticas, até mesmo no interior da classe política. No centro da polémica esteve o facto de se diluírem as fronteiras entre a ficção e a realidade. Cite-se ainda o programa *A Máquina da Verdade*, apresentado por Carlos Narciso. Na primeira emissão (a 30 de Março de 1995), o destaque é dado ao Padre Frederico, condenado pelos tribunais por homicídio e assédio sexual a um jovem madeirense. O teste do polígrafo sentencia a sua inocência, testemunhada por uma audiência que, naquela noite, subiu aos 28,3% de telespectadores (reunindo 74,5% de *share*). Aí está uma tentativa de transformar a televisão num tribunal, aberta a todos e garantindo uma omnisciência que se pretende irre-futável, capaz mesmo de anular a justiça formal³⁷, tendo os “julgamentos paralelos” que aí decorrem repercussões mais fortes do que aqueles que se processam em verdadeiros tribunais (Rodrigues, 1999). Mais tarde a TVI vai retomar este modelo dando-lhe, no entanto, outra concretização.

Em Legítima Defesa, cuja primeira emissão foi para o ar a 29 de Abril de 1999, é o contributo do quarto canal para converter o pequeno ecrã numa sala de audiências onde todas as discussões são possíveis. No primeiro programa o tema em destaque foi o do direito ao casa-

³⁷ O programa reuniu fortes críticas. Da classe jornalística, José Manuel Fernandes insurgia-se, num editorial da edição do dia 1 de Abril de 1995 do *Público*, contra o programa usando estes termos: “Ao pretender julgar o Padre Frederico, sem respeito pelo princípio do contraditório e entregando o poder de veredicto a uma máquina que não faz prova em tribunal, a Máquina da Verdade fez, de certa forma, justiça popular. A partir daqui, nunca mais poderemos esperar um julgamento justo e sereno deste caso. O ambiente está definitivamente inquinado”. A 8 de Abril, no *Expresso*, o Procurador-Geral da República, Cunha Rodrigues, afirmava o seguinte: “Revestindo-se de utilidade, o debate sobre o funcionamento da justiça, a utilização de meios de informação ou de criação de espectáculo que tenha por objecto a produção ou verificação de provas adstritas a processos judiciais, além de susceptível de fomentar erróneos estados de opinião sobre os factos, lesa o princípio da independência dos tribunais e atinge a autoridade das suas decisões, valores inerentes a qualquer sociedade democrática”.

mentos dos homossexuais. A secundar este espaço, a TVI lança diariamente *Quero Justiça* cujo responsável, Vítor Bandarra, em entrevista ao *Diário de Notícias* (4/4/1999), resume nestes termos o seu programa: “tentamos mostrar a dor e explicar porque é que ela existe e quem a pode resolver”. Cumpre-se, mais uma vez, o papel interveniente da televisão. Sempre atenta aos problemas do cidadão comum.

No campo da cultura, cabem à SIC e à RTP-2 as iniciativas de maior sucesso. Em 1996, a estação de Carnaxide arrisca *Escrita em Dia*, um programa patrocinado pelo Ministério da Cultura (MC) que procurava falar dos livros com um certo desprendimento, longe do discurso académico a que a RTP nos habituara neste tipo de emissões. Em 1999, o MC, em parceria com a SIC, aposta noutro tipo de formato, mantendo o mesmo propósito: fazer entrar o livro em casa do cidadão comum através do pequeno ecrã. Ao programa semanal, sucede uma rubrica diária de três minutos, intitulada *No Sofá Vermelho*³⁸. Da RTP-2, para lá de um programa semanal de curta longevidade (*Ler para Crer*³⁹), sobressai um programa diário de informação-divulgação que se assume como um exemplo isolado no contexto televisivo europeu: o *Acontece*. Foi em 1994 que o jornalista Carlos Pinto Coelho, que já ocupara na RTP o cargo de Director de Programação, tornou possível este noticiário cultural feito a um ritmo diário. Passados quase cinco anos, por altura da comemoração da milésima edição, o seu responsável afirmava, em entrevista ao *Público* (18/2/1999), que o seu programa “é o barquinho do navio-almirante que se chama *Jornal 2*. A novidade é ser um telejornal que, pela primeira vez, trata a cultura, 40 anos volvidos sobre o mau serviço que a RTP tem dado à cultura”⁴⁰.

No entanto, os índices de audiência registados pelas emissões culturais ficam muito aquém dos resultados obtidos pelos programas sobre futebol. São estes que reúnem maior número daquelas características que costumam garantir o sucesso de uma emissão televisiva:

³⁸ Inicialmente a SIC colocou a rubrica *No Sofá Vermelho* em *prime time* – como havia sido acordado com o Ministério da Cultura –, mas, passados quatro meses, a estratégia é repensada e o programa atirado para um horário mais tardio.

³⁹ Este programa era apresentado por Francisco José Viegas que coordenara anteriormente na SIC *Escrita em Dia*.

⁴⁰ Numa entrevista ao *Diário de Notícias* (13/2/1999), Carlos Pinto Coelho servia-se de uma definição em estilo de *marketing* para definir o seu programa como “um comboio para despertar apetites”.

o *suspense*, a emoção, o prazer e a convivialidade (Mercier, 1996: 259). Olhando para a grelha dos diferentes canais nos últimos cinco anos da década de 90, encontrámos um número razoável de emissões que elegem o desporto, particularmente o futebol, como assunto exclusivo. Destes salienta-se *Os Donos da Bola*, da SIC. A ele se devem várias das polémicas, respeitantes quer aos actores desportivos⁴¹, quer à classe jornalística⁴². Os programas desportivos são também um dos pilares da TVI que, em Agosto de 1999, consegue antecipar-se à SIC que preparava a substituição de *Os Donos da Bola*, iniciando, a 19 desse mês, o programa *A Bola é Nossa*. No dia seguinte, a estação de Carnaxide estreava *Jogo Limpo*. O sucesso que este tipo de programas consegue reunir quer em termos de audiência, quer em termos de polémica no mundo do desporto é um caso ímpar no PAP⁴³. Estas emissões impõem-se curiosamente numa época em que se verifica uma diminuição substancial das transmissões televisivas de eventos desportivos devido ao aparecimento do *Sport TV*⁴⁴, o primeiro canal temático português por cabo com produção própria de conteúdos, pertencente à TV Cabo, à Olivledesportos e à RTP⁴⁵.

⁴¹ Cite-se o caso do envolvimento de prostitutas com a Selecção Nacional de Futebol, ocorrido em 1995 e divulgado na emissão de 2/2/1997.

⁴² Referimos, a título de exemplo, o uso da câmara oculta por parte dos jornalistas da SIC para investigarem um médico que alegadamente prescrevia medicamentos para "dopar" os jogadores de futebol – uma reportagem emitida a 30/5/1997.

⁴³ Num artigo de opinião, na edição de 9/5/1997 do *Público*, Miguel Sousa Tavares tecia uma crítica radical a estes programas. Nestes termos: "*Quando eu era pequeno e jogava futebol, havia uma espécie de jogador odiado por todos: era o dono da bola. O dono da bola era o mais rico de todos, mas dos que pior jogavam. E, assim, volta e meia, para se vingar da sua falta de jeito, o dono da bola agarrava nela, ia-se embora e acabava com o jogo. Assim se compensava da sua impotência*".

⁴⁴ As emissões do Sport TV tiveram início a 3 de Setembro de 1998.

⁴⁵ Até 1998, a legislação portuguesa impedia as emissões por cabo de terem produções próprias. A Lei n.º 31-A/98, de 14 de Julho, vem colocar um ponto final a esta limitação, obrigando, no entanto, os novos canais temáticos a fazerem uma cobertura nacional (abrangendo o satélite as zonas não cabladas). No caso das estações vocacionadas para o desporto, legislação complementar (Portaria n.º 953/98, de 14 de Julho) obriga os seus responsáveis a cederem os direitos de transmissão dos grandes acontecimentos aos canais em aberto para que estes tenham possibilidade de os transmitir em directo.

4. Notas finais

Olhando, no final dos anos 90, o Panorama Audiovisual Português, as perspectivas de evolução equacionam-se à medida da consolidação dos canais. Da TVI fica a expectativa relativa à subida das audiências. Da SIC esperam-se novos produtos que ajudem a transformar os conteúdos televisivos. Da RTP aguardam-se medidas capazes de travar o crescente passivo que tem convertido a televisão de serviço público numa fonte inesgotável de críticas.

Em casa, o telespectador vai mudando de canal, permanecendo mais tempo numa estação do que noutra. No entanto, a caixinha mágica continua a ter um lugar cativo no lar da maioria dos portugueses, apresentando “uma carga simbólica” (Pinto: 1995) ainda insubstituível.